

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os deputados signatários solicitam a V. Exa se digne fazer submeter a S. Exa o Ministro das Finanças as perguntas que infra se formulam.

Há já vários anos que a antiga piscina da DGD, em Aveiro, propriedade do Estado, vem sendo utilizada pelo clube dos Galitos, o qual vem custeando as suas despesas de manutenção e de funcionamento corrente, bem como a disponibilização daquele equipamento aos seus utilizadores, desempenhando, assim, uma relevante função de interesse público.

Sucedede que, desde há cerca de uma década, essa utilização vem sendo feita sem qualquer título formal, o que obsta a que quer o clube quer o município possam obter financiamento para a realização de quaisquer intervenções no equipamento, ao mesmo tempo que as instituições do Estado, que teriam a primeira responsabilidade de o fazer, de igual modo as não fazem.

O equipamento em causa vem, por isso, experimentando um processo de progressiva deterioração que, além do mais, vai conduzindo, de forma crescentemente insuportável, ao aumento dos custos do funcionamento normal da piscina, decorrentes nomeadamente das fugas de água que aumentam a cada dia, à inadequação dos sistemas de aquecimento, com perdas de eficiência energética totalmente inaceitáveis nos dias de hoje.

A situação agravou-se porquanto, segundo nos foi transmitido, há já cinco anos (em 2013) o IPDJ terá manifestado não ter qualquer interesse em assegurar o funcionamento da piscina, tendo, desde então, inclusive, deixado unilateralmente de o fazer. A situação é, assim, hoje insustentável, tornando-se necessário assegurar, por um lado, a manutenção do equipamento em causa em condições de apropriado funcionamento e disponibilidade e, por outro, a possibilidade de ali serem realizados os investimentos necessários à sua requalificação, que possam inverter o processo de degradação a que Aveiro vem assistindo.

Em nosso entender, é desejável que o equipamento em causa possa ser objeto de cedência a favor do município de Aveiro, por forma a que este, alicerçado nesse título de cedência, possa vir a assegurar aquela requalificação, obtendo os apoios financeiros para o efeito, continuando a assegurar-se, se for esse, como confiamos ser, o entendimento do município, a utilização da piscina pelo clube dos Galitos.

A melhor realização do interesse público - no caso através da requalificação da piscina e da continuidade do seu funcionamento -, bem como uma sã concepção do princípio da

descentralização de competências e de atribuição da gestão de equipamentos ao decisor mais próximo da população, reclamam, cremos, a solução que preconizamos.

Pergunta-se, pois, a V. Exa se existe algum óbice à cedência da antiga piscina da DGD, em Aveiro, à autarquia aveirense, através de título que lhe permita vir a obter financiamento para a realização das obras de que aquele equipamento já hoje carece?

No pressuposto de inexistir tal óbice ou de, havendo, o mesmo ser superável, pergunta-se se está V. Exa disponível para promover a cedência ao município de Aveiro da propriedade ou de título habilitante da utilização por longo prazo da piscina do IPDJ, em Aveiro, por forma a que a mesma possa vir a ser objecto de requalificação e se mantenha, assim, ao serviço dos aveirenses?

Atenta a matéria em causa, mais se dá a conhecer que pergunta de igual teor foi também endereçada a S. Exa o Ministro da Educação.

Palácio de São Bento, 3 de abril de 2018

Deputado(a)s

FILIPPE NETO BRANDÃO(PS)

FERNANDO ROCHA ANDRADE(PS)

PORFÍRIO SILVA(PS)